



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

DIOGO VASCONCELOS SILVA

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CULTURAL: O CASO DO IPHAEP**

CAMPINA GRANDE, PB

2017

DIOGO VASCONCELOS SILVA

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CULTURAL: O CASO DO IPHAEP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gêuda Anazile da Costa Gonçalves

CAMPINA GRANDE, PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586g Silva, Diogo Vasconcelos.
Gestão de políticas públicas para o patrimônio histórico cultural [manuscrito] : o caso do IPHAEP / Diogo Vasconcelos Silva. - 2017.
27 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação : Profa. Dra. Geuda Anazile da Costa Gonçalves, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Políticas públicas. 2. Preservação patrimonial. 3. Patrimônio cultural. 4. Patrimônio paraibano.

21. ed. CDD 361.6

DIOGO VASCONCELOS SILVA

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CULTURAL: O CASO DO IPHAEP

Artigo apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 11/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Geuda Anazile da C. Gonçalves

Prof^ª. Dr^ª. Geuda Anazile da Costa Gonçalves (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sandra Maria Araujo de Souza

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Araujo de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Brunno Fernandes da Silva Gaião

Prof. Dr. Brunno Fernandes da Silva Gaião
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu avô, pela sua doação, amor, dedicação e
intercessão, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me preparado para receber algo que já estava preparado, e ter me permitido voar cada vez mais alto, dando-me o dom da vida, e me permitindo chegar até aqui.

A Maria por sua intercessão e por estar sempre cobrindo-me com seu manto de amor e guardando-me na paz de seu olhar.

Ao meu pai Demetrius José Araujo Silva e minha mãe Rossana Lorena Vasconcelos Silva, por renunciarem seus próprios passos para que eu pudesse ir além, ensinando-me por toda a minha vida os valores necessários para a construção de um mundo melhor.

Aos meus irmãos Felipe Vasconcelos e Tiago Vasconcelos, por assumirem responsabilidades a fim de tornar possível a realização de todos os sonhos que juntos realizamos.

A minha noiva Marihana Cirne, por todas as renúncias feitas para me ajudar no que fosse preciso, reafirmando assim, a posição de companheira fiel para todos os momentos de minha vida.

A minha avó Maria Diva, a meus tios Edvaldo Júnior, Ricardo, Edilane e Edvane, pelo incentivo incansável pela busca do estudo e pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

À professora Gêuda, pela dedicação e busca pela excelência ao longo dessa orientação, por aumentar em mim a vontade de estudar gestão pública, e contribuir de alguma forma, para a construção de um Brasil melhor.

Aos meus amigos de infância Mateus Arruda e Rodolfo Barros, e meus colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio diante de todas as minhas escolhas e suas respectivas consequências.

"Se cultura é a personalidade de uma sociedade, o patrimônio cultural é sua memória. Sem memória não há cultura. Sem cultura não há sociedade. No máximo um aglomerado de pessoas."

Antonio Jose Aguilera Montalvo

SUMÁRIO

RESUMO	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.2 POLÍTICAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	13
3. METODOLOGIA	15
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	16
4.1. O IPHAEP	16
4.2. CATEGORIAS ANALÍTICAS	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
ABSTRACT	26
REFERÊNCIAS.....	27

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: O CASO DO IPHAEP

Diogo Vasconcelos Silva¹

RESUMO

A preservação do patrimônio é uma pauta frequente no meio acadêmico. Atualmente, o tema ganha particular pertinência diante de fatores como a crise que assola o Brasil, além do desenvolvimento urbano, ainda com resquícios do modernismo no que diz respeito à racionalidade. Soma-se a esse cenário a inconsciência, desinformação e negligência por parte das diversas esferas da sociedade, o que tem provocado a demolição do patrimônio histórico do estado da Paraíba, que cede dia após dia espaço às demandas do desenvolvimento industrial, as quais, por muitas vezes, não levam em consideração a rica oferta cultural do espaço. Frente a isso, este estudo teve como objetivo realizar o diagnóstico da gestão de políticas desenvolvidas pelo IPHAEP (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) para a preservação do patrimônio cultural paraibano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter exploratório sob forma de estudo de caso. Os resultados da pesquisa indicam que o trabalho do IPHAEP tem contribuído desenvolvendo políticas públicas para a preservação patrimonial, ganhando destaque em nível nacional através de práticas como a educação patrimonial, que pode ser considerada uma das políticas mais impactantes devido ao seu vasto poder de alcance. Porém, as políticas desenvolvidas, apesar de pioneiras, ainda enfrentam grandes dificuldades no processo de salvaguarda do patrimônio paraibano. Políticas desenvolvidas em parceria com empresas ou apoio dos próprios atores estatais ainda são pouco impactantes por falta de aderência dos demais envolvidos. Assim, concluiu-se que o processo de entendimento e aperfeiçoamento das políticas públicas para o patrimônio paraibano ainda são desafios para o IPHAEP, sendo apresentadas diretrizes para a otimização das políticas públicas implementadas e desenvolvidas pelo instituto. O pensar no patrimônio de forma que o mesmo se torne parte de uma história viva de determinado grupo de indivíduos, faz das políticas públicas o principal fator para estudar diferentes alternativas que solucionem ou amenizem o problema público encontrado.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Preservação. Patrimônio.

¹ Graduando do curso de Administração, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: diogovascosilvaa@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos em uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001) que acompanha mudanças constantes e incertezas, em detrimento à estabilidade e aos cenários sólidos existentes até a década de 80. A sociedade atual se abre às experiências e momentos cotidianos muito mais do que ao fato de possuir algo. Essa transição de sistema de organização social afeta o comportamento dos indivíduos e a forma que se relacionam em comunidade. O avanço e expansão de recursos tecnológicos em conjunto à globalização são parte importante das transformações, porém, apesar de serem ferramentas positivas para o desenvolvimento de inovações, por vezes, os indivíduos se tornam adeptos de uma cultura imediatista que deixa de lado as suas memórias, como afirma Grimaldi (2014), é um momento de mudança e perda de identidade.

Apesar de apresentar-se ainda como um desafio, a articulação da relação do passado com o presente é cada vez mais necessária na reconstrução da memória de um lugar e de uma cultura, principalmente quando se observa a posição de alguns atores sociais dentro de um cenário que possui grau elevado de intercomunicação, pois elas acabam sendo diferenciadas pelo processo histórico que foram submetidos comparando à consciência que (por vezes, não) têm a respeito dessa mesma história. A memória de um lugar é apresentada através do seu patrimônio (conceituado por herança) histórico, artístico e cultural, sendo caracterizado por bens materiais e imateriais (edifícios, monumentos, costumes e obras de artes), que trazem consigo sentimento de representatividade e pertencimento a determinado período da história. Dessa forma, a preservação do patrimônio entra no contexto de articulação da lembrança supracitada.

No Brasil, as interpretações sobre a reafirmação do patrimônio foram difundidas pelas ciências sociais, antropologia e história na década de 80, essas concepções nortearam regulamentações sobre a política patrimonialista, como por exemplo, o estabelecimento de algumas diretrizes preservacionistas e a influência da formação intelectual de historiadores, cientistas sociais e arquitetos. As regras definidoras do patrimônio interligam-se com o surgimento de políticas oficiais que institucionalizaram a preservação patrimonial no país. Desse modo, seria considerado utópico imaginar alguma medida que reabilitasse os bens históricos sem a ação regulamentadora e intervencionista do Estado, através da gestão pública. Diante disso, fez-se necessário o surgimento de diversas leis e órgãos nas esferas federal, estadual e municipal, com a missão de manter vivas as inúmeras e peculiares identidades através da implementação de políticas públicas no âmbito em questão.

Em nível nacional o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) surgiu em 1937, como primeira autarquia do governo federal responsável pela preservação do acervo patrimonial material e imaterial do país. Em 1971, por meio do decreto nº 5255, foi implementado no estado da Paraíba o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), com a missão de garantir à sociedade o acesso e utilização do patrimônio cultural por meio da preservação, valorizando e respeitando a diversidade cultural do estado da Paraíba. Vale destacar que todos os municípios da Paraíba dependem dos serviços do IPHAEP.

Sendo assim, surge a inquietação que deu origem a este estudo e gerou o seguinte questionamento: **O trabalho desenvolvido pelo IPHAEP tem contribuído para a preservação do patrimônio histórico cultural do estado da Paraíba?** Objetivando realizar diagnóstico da gestão de políticas públicas desenvolvidas pelo IPHAEP (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) para a preservação do patrimônio cultural paraibano, este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: **introdução**, com a contextualização da temática; **referencial teórico**, que abrange questões sobre: conceitos e importância das políticas públicas e a origem do patrimônio como forma de preservação da memória, além do desenvolvimento destes na realidade do IPHAEP; **metodologia**, onde são expostos procedimentos de coleta e tratamento das informações obtidas; **descrição e análise dos resultados**, onde são ilustrados através das categorias analíticas os resultados da pesquisa; **considerações finais** onde se encontram as principais inferências, tendo como base o objetivo deste estudo, e a apresentação de diretrizes para a otimização das políticas públicas implementadas e desenvolvidas pelo IPHAEP; por fim, são informadas as **referências** que embasaram o trabalho em foco.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas

Para que as necessidades sociais fossem atendidas, ao longo da história foram desenvolvidas diversas soluções: uma delas, as políticas públicas. O significado da palavra “política” é expresso pelo termo inglês *policy*. Nesse aspecto, estabelece relação com orientações para a decisão e ação. As políticas públicas abordam o conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, além do desenvolvimento de construção e atuação desses propósitos. Sendo assim, tal como afirma Secchi (2011), “uma política pública é um

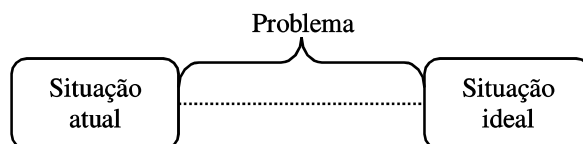
procedimento elaborado para encarar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”.

A partir das definições acima, indaga-se: as políticas públicas são exclusivamente elaboradas pelo Estado? Atores não estatais também podem elaborá-las? Conforme a abordagem multicêntrica ou policêntrica, as organizações não governamentais (empresas do terceiro setor, ONGs, grupos de interesse, etc.), organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais (políticos, designados politicamente, burocratas e juizes), podem ser protagonistas na elaboração e estabelecimento de políticas públicas (DROR, 1971; KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001; HAJER, 2003). Estes autores adjetivam “pública” a política a qual o problema que se tenta enfrentar é público.

Do ponto de vista regimental, compartilha-se da premissa de que é preciso que o Estado tenha seu papel reforçado, sobretudo para enfrentar problemas distributivos, assimetrias informativas e outras falhas no mercado. Porém, do ponto de vista analítico, o Estado não é o único responsável na elaboração de políticas públicas, tal como afirma Heidemann (2009): “A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, promover políticas públicas”.

Partindo do pressuposto de que uma política pública tem como objetivo enfrentar determinado problema considerado público, Sjöblom (1984) dá um conceito prático para o problema, mostrando que o mesmo consiste na diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível.

Figura 1: Ilustração da identificação do problema



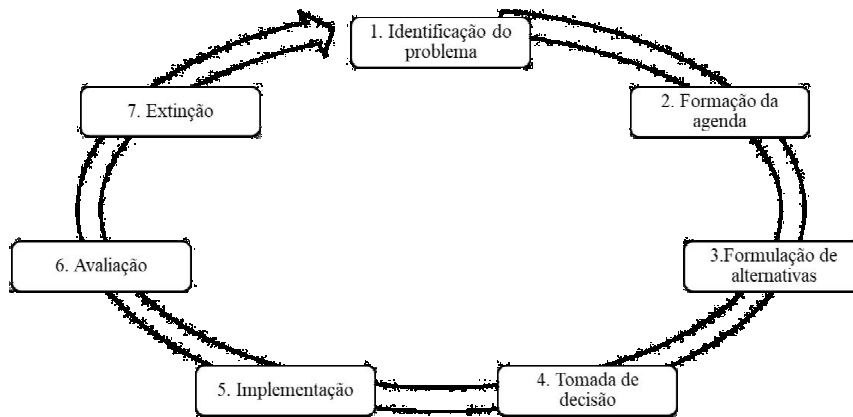
Fonte: Secchi (2011) - Adaptada

Segundo Secchi (2011), para um problema ser considerado “público”, deve gerar impactos para uma quantidade ou qualidade considerável de pessoas. Assim, um problema somente se torna público quando os atores políticos, de forma intersubjetiva, o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).

2.1.1 O ciclo de políticas públicas

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Apesar de várias versões já desenvolvidas para visualização do ciclo, o modelo utilizado por Secchi apresenta sete fases principais, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 2: Ilustração do ciclo de políticas públicas



Fonte: Secchi (2011) - Adaptada

As fases geralmente apresentam-se misturadas, de forma que as sequências se alternam. Para Sjöblom (1984), a identificação do problema envolve a percepção do mesmo por parte das pessoas, a definição ou delimitação dele, em que se indica quais são seus elementos, e a avaliação da possibilidade de solução, a qual se costuma afirmar que um problema sem solução não é um problema.

Para o desenvolvimento, implementação e avaliação de determinada política pública, faz-se necessário que a mesma ganhe espaço na formação da agenda. Entende-se por formação de agenda a organização de um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes (COBB E ELDER, 1983). Após a formação da agenda, inicia-se a formulação de alternativas, que, de acordo com Schattschneider (1960), é o instrumento supremo de poder, pois tem como definição a resolução de conflitos, e esta aloca poder. Na formulação de alternativas, quanto mais concretos forem os objetivos, maior será a facilidade para verificar a eficácia da política pública.

A tomada de decisão é tida como fase que segue a formulação de alternativas de solução: os interesses dos atores devem ser equacionados e as intenções de enfrentamento de um dado problema devem ser explanadas. A fase de implementação sucede à tomada de

decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos, em que, de acordo com O'Toole Jr (2003), regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. Obstáculos e falhas costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas da política pública.

Entre os instrumentos de política pública citados na literatura de Donahue (1989), pode-se citar o subsídio e incentivo fiscal, em que algumas atividades são incentivadas ou premiadas; e a informação ao público, que consiste em disseminar informações importantes para o indivíduo e para o público. Segundo Sebatier (1986), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas: a) o modelo *top-down*, onde os tomadores de decisão são os implementadores (administração); e b) modelo *bottom-up*, caracterizado pela maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação, e posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas.

A sexta etapa, a avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (ANDERSON, 1979). Desse modo, é possível verificar o nível de redução do problema que gerou tal política pública analisando o nível de utilização de recursos (*inputs*), e o nível de saídas de um processo (*outputs*).

Após o processo de avaliação, assim como organismos vivos, o ciclo de políticas públicas também deve ter um fim. De acordo com Giuliani (2005), as causas da extinção de uma política pública são basicamente três: a) o problema que a originou é percebido como resolvido; b) os programas, leis ou ações que ativavam tal política são percebidos como ineficazes; c) o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais.

2.2 Políticas para a preservação do patrimônio

Conforme afirma Choay (2006) a respeito da temática de preservação patrimonial, a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum.

Nesse contexto, apresenta-se a importância do patrimônio, tendo suas raízes no espaço e no tempo. “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos a tudo que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família” (FUNARI, PELEGRINE, p.11, 2006). Após a Revolução Industrial, que se tornou uma nova

forma de readaptação espaço-temporal, foi intensificada a urbanização que desde a antiguidade já desenvolvia as organizações dos espaços. Essa urbanização foi inevitável para a organização do nosso espaço de contexto capitalista, porém não acompanhou as necessidades de preservação e proteção dos mesmos, fazendo com que a herança patrimonial se submetesse ao avanço predatório do modernismo. Assim como afirma Gomes (2004), a urbanização desenfreada e progressista proporciona ao indivíduo o desconhecimento da sua cidade, não respeitando o passado e fazendo constantemente das cidades um amontoado de coisas sem nenhum sentido. “[...] merecem assim destaque os estudos sobre as tradições e os modelos de urbanismo aqui construídos e difundidos, os mecanismos de circulação de ideias e ideais de cidade [...]. Articulando, de maneira crescente, história, forma, imagem e preservação” (GOMES, 2004). Frente a isso, em 1837 foi criada na França a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, na qual se dividia os monumentos em três categorias: remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos.

Logo depois da Segunda Guerra, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma: provinham da arqueologia e da história da arquitetura erudita (CHOAY, 2006). Na França, uma recém-constituída Comissão do Patrimônio do século XX estabeleceu critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo. A construção do patrimônio nacional e seu modelo de preservação surgido na França foram conduzidos como política de Estado. Foi a partir desse modelo que se estruturou a política de preservação federal no Brasil (CHOAY, 2006).

Temos hoje uma gama de lugares construídos a partir de concepções de memória, de história e de patrimônio, que encerram ou encobrem disputas e falam a respeito de um passado que quer se fazer homogêneo, mas que não pertence a todos, que não traduzem um sentimento de pertencimento a todos, portanto, não respaldam um projeto de cidadania (OLIVEIRA, 2002).

Os esforços realizados para desenvolver a ideia de proteção ao patrimônio se efetivaram nacionalmente no governo de Getúlio Vargas, através do Decreto n. 2.928, de 12 de julho de 1933, que consagrava Ouro Preto como monumento nacional (RODRIGUES, 2002). O SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) já seria criado, em 1937, sob "as condições políticas e simbólicas para a hegemonia dos modernistas" (LONDRES, 2001). Em 30 de novembro de 1937, Vargas assina o Decreto Lei n. 25 (SIMÃO, 2001). O decreto em questão ficou conhecido como Lei do Tombamento² que, segundo Oliveira (2002), foi responsável por criar o Serviço de Patrimônio Histórico e

² Ato administrativo realizado pelo poder público, com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população impedindo que sejam destruídos ou descaracterizados. O tombamento pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal (IPHAN).

Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão federal dedicado à preservação, posteriormente intitulado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na História dessa e de outras cidades brasileiras, um cipó de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da existência social, refratárias à ação do Estado. A reforma urbana foi, na realidade, o somatório não previsto das ações de múltiplas forças, humanas e não humanas (BENCHIMOL, 2004).

A reforma do espaço urbano no Brasil deixou transformações consideráveis em várias cidades, que buscavam acompanhar o progresso do país. Com isso, a forma como os indivíduos encaram a nova perspectiva é preocupante no que diz respeito ao imediatismo, em que muitas vezes eles deixam de lado suas memórias, “é um momento de mudança e perda de identidade” (GRIMALDI, 2014). E neste somatório de ações de múltiplas forças, o SPHAN reconhece suas limitações de atuação em virtude da vasta diversidade e extensão territorial brasileira, e solicita o apoio dos estados e municípios para que realizem intervenções complementares, demandando assim, a criação de institutos estaduais como o IPHAEP (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba).

3. METODOLOGIA

Com o propósito de analisar a gestão de políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico e cultural do estado da Paraíba, foi realizada uma pesquisa classificada como exploratória, pois visa identificar melhor o objeto, tornando-o mais claro. Sua abordagem é descritiva, retratando as características do tema estudado, mostrando a constatação do problema, coletando as informações e analisando as variáveis envolvidas (FONTANELLE, 2017). Dessa forma, os métodos da pesquisa são caracterizados como qualitativos, abordando levantamento de atores institucionais acerca da percepção e efetividade das políticas, conduzida sobre a forma de Estudo de Caso do órgão IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), consistindo na observação detalhada de um contexto ou acontecimento específico, de modo a constatar diversas variáveis (FREIRE, 1997). O instituto localiza-se em João Pessoa – PB e tem por função a preservação, promoção, fiscalização e proteção dos bens artísticos, históricos e ecológicos do estado da Paraíba.

Assim, como método de tipos, fontes e formas de coleta de dados, a pesquisa teve seu embasamento em coleta documental, fontes bibliográficas, incluindo livros, artigos e trabalhos acadêmicos e fontes eletrônicas. A descrição geral das etapas da pesquisa se deu,

inicialmente, a partir de uma bagagem teórica desenvolvida durante a contextualização da temática, sendo elaborado um diagnóstico oriundo da leitura e interpretação. Em seguida, os dados foram analisados e tratados através da triangulação de dados, uma vez que, de acordo com Flick (2009), a mesma possibilita um excedente de informação, proporcionando conhecimento em diversos níveis, tornando possível a interpretação além de uma abordagem única, facilitando assim a aproximação entre a imagem sobre o fenômeno e o próprio fenômeno (MORGAN, 1983). Nesta fase, foram comparadas as informações embasadas pelos teóricos com relatos obtidos através de aplicação de entrevista não estruturada a Cassandra Eliane Figueiredo Dias, diretora executiva do IPHAEP, além das citações de Linduarte Noronha, primeiro presidente do instituto, em entrevista cedida a Almir Felix em 2002, seguindo as seguintes categorias analíticas abertas que surgiram a partir da construção do referencial: a) comunidade, cultura e identidade; b) políticas para a preservação do patrimônio; c) análise do IPHAEP.

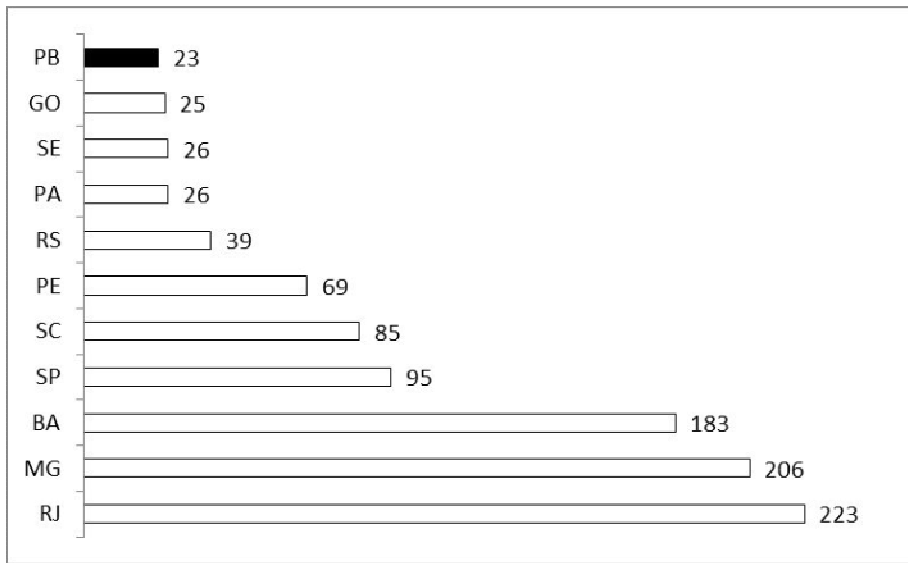
Após a fase de levantamento e análise, os dados foram tratados a partir das seguintes técnicas: análise de conteúdo, com o objetivo de identificar o que vem sendo discutido acerca de determinada temática (VERGARA, 2005) e análise documental complementando informações obtidas por outras técnicas, e revelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE E ANDRÉ, 1986). Posteriormente à descrição e análise dos resultados, nas considerações finais, foram sugeridas algumas diretrizes visando a otimização das políticas públicas implantadas e desenvolvidas pelo IPHAEP.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão abordadas a descrição e análise dos resultados obtidos a partir dos dados coletados por pesquisa documental e de campo.

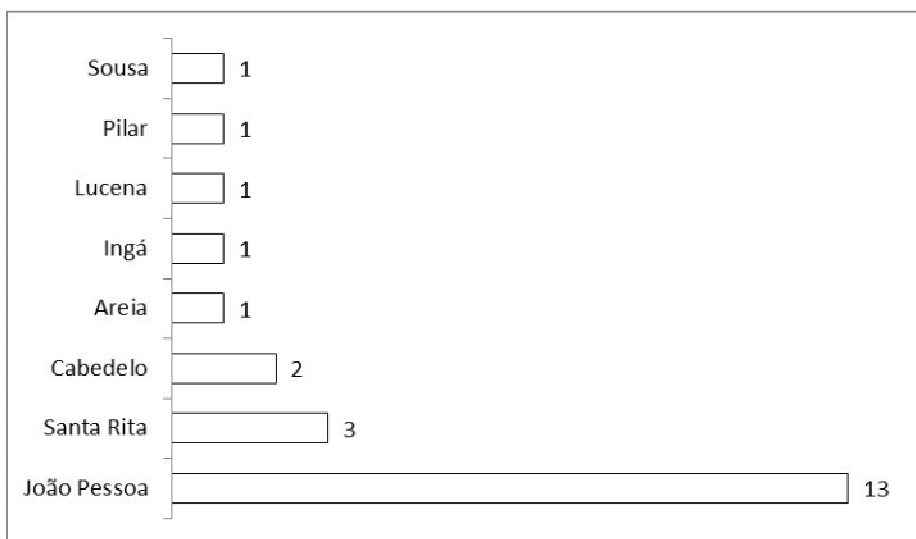
4.1. O IPHAEP

Segundo Oliveira (2002), no início de década de 70 o governo federal, reconhecendo a incapacidade de proteger eficientemente todo o patrimônio nacional, apela aos estados e municípios para que exerçam uma ação complementar do que agora é intitulado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), classificando, tombando e protegendo monumentos de interesse regional ou local. Pressionando a ambos para criarem legislações à imagem e semelhança da federal.

Figura1: Tombamentos realizados pelo IPHAN no Brasil até agosto de 2017 por estado

Fonte: IPHAN (2017) – Adaptada

Conforme evidenciado na figura acima, a quantidade de bens paraibanos tombados pelo IPHAN representa apenas 2% da fatia de bens tombados pelo órgão federal (gráfico 1), com 23 bens tombados pela autarquia nacional. Mesmo com fortes traços da cultura colonial, a Paraíba ocupa o décimo primeiro lugar no ranking de bens tombados, validando assim, a necessidade de ação regulatória e intervencionista do governo estadual.

Gráfico 2: Tombamentos realizados pelo IPHAN na Paraíba até agosto de 2017 por município

Fonte: IPHAN (2017) – Adaptada

Destes 23 tombamentos paraibanos, 56% ocorreram em João Pessoa (gráfico 2), reafirmando assim, a dificuldade do IPHAN em proteger eficientemente o patrimônio da Paraíba em sua totalidade. É a partir daí que nasce o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), órgão responsável pela preservação do patrimônio paraibano.

De acordo com as informações dispostas pelo IPHAEP, o mesmo foi criado em 1971 e “é responsável pela preservação, promoção, fiscalização e proteção dos bens culturais, artísticos, históricos e ecológicos do Estado da Paraíba”, conforme dispõe a Lei 9.040/09. Para cumprir tal missão, utiliza o Tombamento e o Cadastramento como atos administrativos, conforme Decreto 7.819/78. No Brasil, a Constituição Federal determinou ao Estado a competência de assegurar e regulamentar a preservação do patrimônio nacional. O Tombamento é um instrumento criado para garantir legalmente e por intermédio de entidades de proteção nacional, estadual e municipal, em que o poder público intervenha nos bens considerados patrimônio cultural, de forma a impedir sua destruição e descaracterização. O processo de Tombamento é apresentado em dez etapas, desde a entrada do pedido de tombamento na repartição até a inscrição da coisa tombada no competente livro do tomo (§ 2º do art. 9º de mesmo decreto-lei nº 25 / 937) ou o arquivamento da solicitação, tornando assim burocrático o processo em questão.

De acordo com NETO (2014), a prefeitura municipal de João Pessoa, desde o final dos anos 90, vem praticando com base na Lei Municipal 8.465/97 – Lei de Incentivos Fiscais, a isenção do IPTU (Imposto predial e territorial urbano) aos imóveis que incorporam a área delimitada pelo IPHAEP como parte do Centro Histórico, que possuam valor cultural e se encontrem em bom estado de preservação, legitimando assim, a prática do incentivo fiscal como instrumento de política pública. Além disso, segundo informações obtidas no IPHAEP (2017), os proprietários de bens protegidos têm o direito de dispor de orientação técnica do órgão que efetivou o tombamento sobre os procedimentos técnicas construtivas e o emprego de materiais para a conservação, recuperação e restauração adequadas do bem tombado, bem como sobre o uso e as atividades ideais para a valorização do bem.

4.2. Categorias Analíticas

Para melhor compreensão do leitor a descrição e análise dos resultados deste estudo, foram categorizadas de forma aberta contemplando três temáticas: a) comunidade, cultura e identidade; b) políticas para a preservação do patrimônio; c) análise do IPHAEP.

a) Comunidade, cultura e identidade

Nesta categoria analítica, foram alocadas as frases modais que indicam os esforços do IPHAEP no sentido de aproximar o cidadão do patrimônio cultural de sua localidade. De acordo com o ator institucional entrevistado, na busca por fazer com que as pessoas se sintam pertencentes a sua região, o IPHAEP promove a difusão da identidade local através da educação patrimonial.

O trabalho de educação patrimonial apresentado a 14 municípios, já tem centros históricos e também aqueles que não possuem centros históricos fazendo palestras e oficinas com a comunidade pra falar da importância do patrimônio cultural da sua localidade. Estamos fazendo isso, e isso tá trazendo um retorno pra gente (DIAS, 2017)

Intervir nas gerações futuras tem sido a estratégia utilizada pelo IPHAEP no que diz respeito à educação patrimonial. De acordo com a entrevistada, despertar nas crianças e jovens tem trazido bons resultados. Porém, não há o estabelecimento de metas nem acompanhamento do nível de redução do problema que gerou tal política. Sem um feedback, composto por indicadores de performance, o uso de critérios como base para tomada de decisões fica comprometido, e as inovações limitadas. Sem tais inovações, a comunidade não participa do processo de verificação de falhas na dinâmica do processo preservacionista, mantendo assim, o nível de saídas do processo menor do que poderia ser, caso houvesse a participação efetiva da sociedade. Não obstante, a globalização, apesar de seus benefícios, marca a sociedade com momentos de perda de identidade cultural (GRIMALDI, 2014), assim como afirma Gomes (2004), quando o indivíduo desconhece sua cidade, passa a não respeitar o seu acervo patrimonial.

As pessoas estão se identificando, tratando o seu município com outro olhar, despertado inclusive, dentro das pessoas, essa solicitação de tombamento. A gente começou a fazer o trabalho de educação patrimonial, iniciando nas escolas, depois fazendo formações com os professores, e depois indo aos municípios, fazendo esse trabalho diretamente nos municípios, né?! (DIAS, 2017).

A prática da educação patrimonial com estudantes e professores promove a participação de diversos atores, tornando possível a difusão da cultura preservacionista no seio da comunidade, contribuindo assim para a participação da sociedade no processo de implementação de políticas públicas. Porém, a comunidade, como detentora da cultura local, possui propriedade para participar de diversas etapas do ciclo de políticas públicas: desde a

identificação do problema de forma clara e objetiva, ganhando voz no processo de formulação de alternativas e avaliação através do sentimento de representatividade no processo de preservação cultural e de identidade.

b) Políticas para a preservação do patrimônio histórico cultural

Nesta categoria analítica, foram alocadas as frases modais que descrevem como se deu a implementação e desenvolvimento das políticas para a preservação patrimonial por parte do IPHAEP. No que tange as políticas para preservação do patrimônio paraibano, pode-se afirmar que o modelo *bottom-up*, caracterizado pela participação significativa de diversos atores de diferentes categorias no processo de estudo do problema e soluções é predominante. Após a análise do impasse entre direito de propriedade privada e a função social do patrimônio, constatou-se que a apresentação das diversas oportunidades presentes em um bem preservado através da educação patrimonial neutraliza os obstáculos existentes.

Uma propriedade que a comunidade pode se beneficiar desse patrimônio chamando o turismo e a economia pode ser modificada através dessa identidade puxada para o patrimônio cultural, e que ainda não identificou, não sabe desse valor [...] A partir do momento que ela compreende esse valor, não existe mais esse impasse. (DIAS, 2017).

Outro problema exposto pela entrevistada foi a limitação das leis, nas esferas federal e estadual, para dar suporte às ações realizadas pelo instituto. Apesar de há 46 anos as leis terem como referência de estruturação o IPHAN, a reformulação das mesmas faz-se necessária. Observe a percepção da respondente quanto à legislação existente.

[...] A estadual, inclusive, a gente tá estudando umas modificações porque as penalidades são mínimas. São multas que às vezes os proprietários preferem pagar multa. Ele descaracteriza e demole porque tem dinheiro e prefere pagar uma multa. (DIAS, 2017).

Conforme Linduarte Noronha, em entrevista concedida a Almir Félix em 2002, os problemas em relação às leis existem desde a implementação do IPHAEP, no início havia mesmo uma ausência de uma legislação.

[...] o mais difícil era a legislação do Estado em relação ao órgão, [...] foi um dos meus maiores problemas, eu tive que criar, fazer uma legislação específica do instituto, criar a organicidade dele (NORONHA, 2002).

De acordo com Secchi (2011), para que uma política pública cumpra seu papel de ação regulatória, os padrões comportamentais, de produto ou serviço para os atores envolvidos devem ser estabelecidos. Tal ação ganha elevado grau de dificuldade quando não existem leis

que possam dar suporte ao objetivo de determinada política. Sem uma legislação considerada eficaz pelos atores institucionais desde sua fundação, o IPHAEP após quase 50 anos de existência, ainda demanda ajustes em suas leis, o que evidencia a falta de dinamicidade através do ciclo de políticas públicas desenvolvidas pelo instituto.

c) Análise do IPHAEP

A cidade de João Pessoa, apresentada como a terceira capital surgida no Brasil, estava sendo descaracterizada em detrimento ao crescimento econômico da mesma. Com isso, a implementação do IPHAEP ganha particular pertinência. Afim de analisar o instituto, foi evidenciado o processo de implementação do mesmo, que apesar de trazer consigo grandes desafios, pode ser considerado um grande marco no que tange a temática de preservação do patrimônio paraibano. De acordo com Linduarte Noronha, o processo de fundação e escolha do responsável pelo instituto se deu de forma bastante peculiar.

[...] eu exercia aqui uma função dentro de um órgão do Estado, me aborreci, pedi para ser afastado e o José Carlos Dias de Freitas [...] disse: E o que queres fazer, rapaz? Vamos fundar o instituto do Patrimônio, que o governo já criou isso aí, que está dormindo no Diário Oficial, e não faz nada. Fomos ao governador [...] sem mais delongas, ele me assinou a portaria, me designando para presidência do instituto (NORONHA, 2002).

Pode-se evidenciar a ausência da aplicação do Ciclo de Políticas nas seguintes fases do mesmo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, avaliação e extinção.. Sem a análise prévia das demandas que trouxeram à tona a criação do IPHAEP, a fase de identificação do problema não aconteceu. O problema público já existia, porém não recebeu suficiente atenção dada a acomodação da coletividade diante da descaracterização em prol do progresso econômico.

Acho que ele (Linduarte Noronha) foi um herói. Implantar num período daquele, onde em outros estados, hoje ainda não é implantado um órgão assim, por exemplo, como é na Paraíba, onde temos sede própria, autonomia [...] foi um avanço muito grande. (DIAS, 2017).

Sem a definição clara de um problema público como matéria prima de trabalho e sem a devida preocupação em relação à gestão de políticas públicas para o patrimônio e seus objetivos, seria questão de tempo até que a burocracia ocupasse o lugar que deveria ser da inovação social (SJÖBLOM, 1984), dificultando assim o processo de implementação e fluidez do ciclo de políticas públicas. De acordo com a entrevistada, a acomodação tornou o

órgão uma rede engessada, incapaz de atingir a situação ideal.

Do período de lá (1971) pra cá, houve uma acomodação: não houve uma revisão das leis, do trabalho a ser desenvolvido pelo IPHAEP. [...] ficou muito no trabalho burocrático, e a fiscalização e educação patrimonial ficou muito aquém do que deveria ser feito (DIAS, 2017).

Somando-se a este obstáculo a entrevistada ainda destaca, a não estruturação de órgãos regulamentadores municipais que também dificulta a árdua tarefa de preservação do patrimônio paraibano.

[...] os municípios precisam se estruturar porque cada município deve ter o primeiro olhar: o município olhar pra dentro de si, e o estado atuar quando o município não tiver fazendo sua parte, e assim por diante. Mas do IPHAEP em si, eu acho que houve acomodação, ficou mais estruturado em receber e analisar processos, e não tendo o trabalho de campo [...] com a educação, por exemplo, isso não foi feito. [...] o trabalho de educação patrimonial tem que andar junto com as escolas, na formação escolar. É um diferencial que tem sido feito, o IPHAEP tem tido uma desenvoltura bem maior que nas épocas passadas. (DIAS, 2017).

O descaso por parte de gestores municipais para com o patrimônio paraibano foi enfatizado quando se buscou entender a relação entre o IPHAEP e os municípios do estado da Paraíba. Foi demonstrado que as prefeituras, majoritariamente, são negligentes quando o assunto é patrimônio. No município de Campina Grande, por exemplo, a própria prefeitura municipal tem objetivos divergentes do IPHAEP em relação à preservação do Cine Capitólio: enquanto o IPHAEP cobra da prefeitura a preservação do patrimônio, o prefeito requer o direito de demolir o prédio.

As prefeituras cobram, e se acontece algo de errado com relação ao patrimônio, o município *escanteia* a responsabilidade dele e coloca no estado por causa do órgão que existe. [...] O município é a primeira instituição que tem que preservar dentro da sua localidade, o patrimônio cultural. E ele não faz isso! [...] é uma isenção total de responsabilidade. A questão política é muito forte: Campina Grande é uma delas. No Cine Capitólio, por exemplo, a prefeitura possui o prédio, e quer que aconteça a demolição indireta: retirou o telhado, [...] pra ver se as paredes caem. [...] E aí fica nessa briga, porque tudo é levado pelo viés político, e compreensão sobre o valor do patrimônio histórico não é levada em conta (DIAS, 2017).

Em relação às inovações nas ações do IPHAEP, o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública deve ser estrategicamente pensado (ANDERSON, 1979). Deste modo, é possível verificar o nível de redução do problema que gerou tal política pública. De acordo com a entrevistada, o estudo das políticas postas em prática demandou novas diretrizes.

[...] O que pretendemos é fazer umas alterações na lei. O órgão hoje não tem quadro próprio: todos os servidores daqui são de outras secretarias, cedidos

pra cá. Nunca se pensou em concurso público, por exemplo. [...] O IPHAEP tem um destaque muito grande a partir de 2015 com a questão da educação patrimonial nas escolas, e deixando raízes. São inovações que estamos fazendo, já que as prefeituras não estão cumprindo com sua responsabilidade [...] E pra 2018 a gente já tá fazendo esse trabalho de modificação para um organograma diferenciado, porque nosso organograma atual tá totalmente defasado. [...] amarra muito o nosso trabalho (DIAS, 2017).

Os avanços (ou a ausência deles), aliados à possibilidade de inovações através de recursos disponíveis influenciam diretamente no desempenho de uma política pública. Desde a fundação do IPHAEP, a falta de recursos disponíveis para o funcionamento do órgão de forma eficaz tem sido um desafio.

[...] não tinha prédio, não tinha coisa nenhuma, [...]. Até que eu soube que na rua Duque de Caxias, funcionava a escola de música Antenor Navarro [...]. Ia desocupar, ia não sei pra onde, aí eu agarrei, fui logo pra lá, peguei logo a chave, [...] e fiquei lá sentado no chão, pois não tinha uma cadeira (NORONHA, 2002).

[...] a gente não tem pessoal. O pessoal é cedido. [...] além do quantitativo ser pequeno, há defasagem com relação às funções. De carros, só existia um carro em 2015. Hoje temos dois carros para fazer fiscalização, [...] o recurso financeiro é pouco, mas a gente conta com um recurso próprio de recolhimento de multas, e às vezes de compensações por irregularidades cometidas (DIAS, 2017).

Como alternativa de suporte frente ao baixo quantitativo de burocratas capacitados tecnicamente no IPHAEP, além de não dependerem de recursos públicos, os *think tanks*, que são organizações de pesquisa e aconselhamento em políticas públicas (SOARES, 2009), podem ser úteis auxiliando as atuações realizadas pelo instituto, visto que não se tem tempo ou conhecimento suficiente para a tarefa de análise e melhoramento das políticas públicas. Além da possibilidade de parceria com os *think tanks*, constatou-se a busca por parcerias com empresas envolvidas no ramo patrimonial. Tal prática surgiu em 2015, possibilitando que proprietários de bens tombados pelo IPHAEP tenham desconto na compra de tintas e outros materiais de construção para fins de manutenção e reparo do mesmo.

As pessoas que possuem imóveis localizados em centros históricos e queiram pintar o patrimônio, tem 20% de desconto na compra de material de construção e tinta, [...]. Eu procurei em lojas de tinta de Campina e nenhuma quis fazer essa parceria. E a daqui de João Pessoa disse que poderia fornecer aos municípios. [...] as lojas daí, nenhuma quis participar. E olhe que eu rodei, viu? [...] Fui em três. Uma ficou de analisar e depois não concordou (DIAS, 2017).

Conforme dito anteriormente, uma política é pública quando o problema que se tenta enfrentar é público. Sendo assim, a preservação patrimonial não é de responsabilidade

exclusiva do Estado. A participação de diversos atores (governamentais e não governamentais) em todas as fases de determinada política é de suma importância, dadas as restrições e particularidades de cada classe de ator, que quando possuem objetivos convergentes, podem otimizar os resultados finais na fase de extinção. Porém, a maioria das empresas do estado da Paraíba ainda não abriu os olhos para a preservação do patrimônio cultural paraibano. O IPHAEP tem buscado, além do benefício de isenção de pagamento do IPTU por parte dos proprietários de imóveis tombados, parcerias com empresas e empreendedores, afim de que juntos, cresçam e tornem a Paraíba cada vez mais um estado rico em cultura e consciente de tal riqueza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo realizar diagnóstico da gestão de políticas públicas do IPHAEP para a preservação do patrimônio histórico e cultural do estado da Paraíba. Para isso, os conceitos de política pública foram fundamentados, as políticas de preservação do patrimônio e o órgão regulamentador, o IPHAEP, foram descritos, desde o mapeamento de como se deu a implementação do instituto até a exposição dos desafios enfrentados atualmente pelo mesmo. A partir da análise e triangulação dos dados pode-se concluir que enquanto muitos estados do país não possuem políticas públicas para problemas na esfera patrimonial, se prendendo aos processos burocráticos, a Paraíba ganha destaque através do trabalho desenvolvido pelo IPHAEP com a implementação e desenvolvimento de políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico cultural ganha destaque através de práticas como a educação patrimonial, iniciada nas escolas e difundida nas comunidades, que pode ser considerada uma das políticas mais impactantes devido ao seu vasto poder de alcance e envolvimento de atores.

A forma de desenvolvimento de políticas públicas para o patrimônio histórico vem sendo revista e aperfeiçoada no estado da Paraíba. Porém, os gestores públicos encontram desafios consideráveis para cumprir seus papéis: os burocratas precisam reconhecer a importância de se aplicar um ciclo de políticas públicas, planejamento e construção de estratégias baseada nos recursos disponíveis, bem como da possibilidade de alternativas captadoras de recursos, desde a disponibilização de um veículo até a qualificação técnica dos atores envolvidos. Além disso, a escassez de relatórios que atendam à demanda de um estado tão rico culturalmente, a aplicação de legislação e poder judiciário que carecem de ajustes dificultam o processo de amadurecimento da política aplicada. Assim, pode-se afirmar que o

processo de entendimento e aprimoramento das políticas públicas para o patrimônio paraibano ainda são desafios para o gestor público.

De acordo com o diagnóstico realizado, frente ao cenário atual do instituto, propõe-se as seguintes diretrizes para melhor desenvolvimento e funcionamento das políticas públicas aplicadas pelo mesmo: **a) definição do problema público enfrentado pelo instituto** através de um estudo aprofundado sobre o status quo e a situação ideal possível, promovendo a participação de atores não governamentais no processo de reconhecimento de realidade pública. Com a participação da comunidade, dos *think tanks*, empresas, universidades, ONGs e do Estado, a alma da política pública certamente encontrará mais facilmente um corpo para tomar vida; **b) aplicação do ciclo de políticas públicas no IPHAEP com a participação efetiva dos atores envolvidos (governamentais e não governamentais)**, que devem estabelecer objetivos quanti e qualitativos afim de verificar a eficácia das políticas postas em prática, promovendo assim, a coesão no grupo de atores envolvidos, onde cada indivíduo se identifica fortemente com os outros membros do mesmo grupo; **c) otimização na transformação de demandas e apoios em decisões e ações através da coerção**, com a reformulação das leis que fundamentam as políticas preservacionistas, dando mais autonomia ao instituto para atuar e aplicar sanções, que aliada à educação patrimonial, pode enfim reduzir a quantidade de patrimônio cultural demolido e descaracterizado; **d) difusão da educação patrimonial à sociedade paraibana**, disseminando informações importantes para o indivíduo e a cultura, criando assim o senso de pertencimento e o dever moral através da relação do indivíduo com a sociedade; **e) premiação para influenciar o comportamento dos atores envolvidos** com estímulos positivos e estímulo à criação, adoção e propagação de melhores hábitos.

O pensar no patrimônio de forma que o mesmo se torne parte de uma história viva de determinado grupo de indivíduos, faz das políticas públicas o principal fator para estudar diferentes alternativas que solucionem ou amenizem o problema público encontrado. Desse modo, ao realizar tais práticas citadas nas diretrizes, referentes à reorganização das políticas públicas para o patrimônio desenvolvidas pelo IPHAEP, o instituto poderá possibilitar o acesso de futuras gerações aos seus respectivos prólogos de maneira imaterial e material: através de livros, documentários, pesquisas, mas antes, do próprio patrimônio histórico e vivo, cultural e pulsante.

MANAGEMENT OF PUBLIC POLICIES FOR CULTURAL HISTORICAL HERITAGE: THE CASE OF IPHAEP

ABSTRACT

The patrimony preservation is a frequent subject in the academic context. Nowadays, this theme gains a particular relevance due to factors such as the currently political crisis in Brazil, the urban development, with remnants of the modernism linked to rationality. In addition of this unconsciousness, lack of information and negligence from different parts of society, which has been provoked the demolition of the historical heritage of the Paraíba state, giving way to industrial development demands, which, very often, don't take the rich cultural offer of the area in consideration. Considering this, this study analyzes the public policies developed by IPHAEP (Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba) for preservation of the cultural heritage of Paraíba. For that, a descriptive research with an exploratory profile was conducted in the form of a case study. The research results indicate that the work of the IPHAEP has contributed to the development of public policies for the preservation of assets, gaining national spotlight by patrimonial education practice, which can be considered one of the most important policies because of its vast scope. However, the policies developed, although pioneering, still face great difficulties in the process of safeguarding the Paraíba patrimony. Policies developed in partnership with companies or support from the state actors themselves are still little impacted by lack of adherence of the other stakeholders. Thus, it was concluded that the process of understanding and improving the public policies for the Paraíba heritage are still challenges for the IPHAEP, and guidelines are presented for optimizing the public policies implemented and developed by the institute. The idea of seeing the heritage as part of a living history of a particular group of individuals makes public policies the main factor for studying different alternatives that solve or alleviate the public problem encountered.

Key- Words: Public policies. Preservation. Patrimony.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Charles. **The place of principles in policy analysis**, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**, 2001.

BENCHIMOL, Jaime. **Obra completa**, 2004.

BRASIL. Decreto lei 25, de 30 de novembro de 1937. Brasília: Planalto, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

CHOAY, Françoise. **L'allégorie du patrimoine**, 1925.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics: the dynamics of agenda-building**, 1983.

DIAS, Cassandra. **Entrevista concedida a Diogo Vasconcelos**, 20 nov. 2017.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**, 1956.

FLICK, Uwe. **Introduction to qualitative research**, 1997.

FONTENELLE, André. **Como definir os tipos de pesquisa do seu TCC**. Disponível em: <<http://www.andrefontenelle.com.br/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

FREIRE, Isabel Pimenta. **O estudo centrado na escola e a investigação sobre a indisciplina: questões metodológicas**, 1997.

FUNARI, Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultura**, 2006.

GIULIANI, Mauro. **Livello del gioco**, 2005.

GRIMALDI, Pino. **Blur design: il branding invisible**, 2014

HEIDEMANN, Francisco. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**, 2009.

IPHAEP. **Patrimônio cultural – os bens móveis e integrados**, 2017.

JOÃO PESSOA. Lei nº 8.465, de 30 de dezembro de 1997. João Pessoa: Câmara, 1997. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/1997/846/8465/lei-ordinaria-n-8465-1997-adota-medidas-de-incentivo-a-revitalizacao-do-centro-historico-do-municipio-de-joao-pessoa>>. Acesso em: 10 de out. 2017.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, 1986.

MAXMIN, James; ZUBOFF, Shoshana. **The support economy**, 2002.

MONTALVO, Antônio. **Patrimônio cultural – os bens móveis e integrados**, 2015.

NORONHA, Linduarte. **Entrevista concedida a Almir Felix**, 24 out. 2002.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano**, 2009.

PARAÍBA. Decreto 7.819, de 24 de outubro de 1978. Paraíba: Casa Civil, 1978. Disponível em: <https://adelmodemedeiros.blogspot.com.br/2007/12/paraba-legislao-estadual-de-tombamento_14.html>. Acesso em: 10 de out. 2017.

_____. Lei nº 9.040, de 30 de dezembro de 2009. Paraíba: Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/9932_texto_integral>.

RODRIGUES, Leôncio. **Partidos, ideologia e composição social**, 2002.

SCHATTSCHEIDER, Elmer. **The semisovereign people: a realist's view of democracy in America**, 1960.

SEBASTIER, Paul. **Top-down and bottom-up models of policy implementation: a critical analysis and suggested synthesis**, 1986.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2011.

SIMÃO, Maria Cristina. **Patrimônio cultural em cidades**, 2001.

SJÖBLOM, Gunnar. **Problemi e soluzioni in politica**, 1984.

TARGINO, Itapuan Botto. **Patrimônio Histórico da Paraíba**, 2003.

VERGARA, Sylvia. **Métodos de pesquisa em administração**, 2005.

WIDAVSKY, Aaron. **Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis**, 1979.